

## **A CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS INTERNACIONAIS**

**MARCELO MATZENBACHER DELANOY**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

**RAFAEL RUDOLFO KREUTZ**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)

**KELMARA MENDES VIEIRA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

# A CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS INTERNACIONAIS

## 1. INTRODUÇÃO

Na atualidade a corrupção tem se destacado como algo presente em todos os países, independente do sistema político, econômico ou legal, porém, tem se apresentado em diferentes níveis, intensidades e escalas (BROL, 2016). Internacionalmente, tem-se percebido que a corrupção passou a ter uma maior atenção em meados de 1990 influenciada pelo receio de que a globalização pudesse potencializar um aumento de oportunidades para as atividades ilícitas transformando recursos sociais em atividades ilegais, imorais e improdutivas (BROWN; CLOKE, 2005). A corrupção é considerada um dos principais fatores que limitam o crescimento econômico de um país. Ela está amplamente distribuída nos mais diferentes seguimentos da sociedade, em diversos países. Dados do Banco Mundial estimam que o custo da corrupção equivale a mais de 5% do PIB mundial (2,6 trilhões de dólares), com o pagamento de cerca de 1 trilhão de dólares em propinas por ano (RIBEIRO et al., 2018).

Existem abordagens distintas sobre corrupção na literatura, que são destacadas em diversas dimensões de estudos, em especial a legal, econômica, política, cultural e administrativa, as quais trazem diferentes entendimentos sobre quais são as causas da corrupção e quais as possíveis maneiras de reduzir a sua ocorrência ou intensidade (LUCIANO; MAGNAGNO; WIEDENHÖFT, 2017). Quanto às definições, Brei (1996) equivale corrupção à trapaça, ganho ilícito, fraude e suborno, entre outros. Sims, Gong e Ruppel (2012) incluem na definição de corrupção “propinas, coerção e atividades relacionadas que proporcionam uma vantagem injusta a uma parte”. Já a organização *Transparency International-TI* (2018) define a corrupção como “Abuso de cargo público para ganhos privados”. A corrupção é um tema bastante discutido, no entanto, ainda é considerado como insuficientemente pesquisado (SRIVASTAVA; TEO; DEVARAJ, 2016). Um dos principais motivos para a falta de atenção acadêmica e de pesquisa dada à corrupção é a sua presença constante e dissimulada nas rotinas de trabalho do governo (HERZFELD; WEISS, 2003). Além disso, apesar dos administradores públicos e os governos perceberem as sequelas deixadas pela corrupção, normalmente o seu combate não é objeto de preocupação imediata (SRIVASTAVA; TEO; DEVARAJ, 2016).

Considerando que realizar um levantamento de literatura através da pesquisa de publicações sobre uma temática é uma forma de avaliar e interpretar quais são as pesquisas disponíveis mais relevantes em uma área ou fenômeno de interesse (KITCHENHAM, 2004), portanto, neste estudo utilizou-se a técnica bibliometria. O uso de técnicas bibliométricas auxiliam no entendimento de novas temáticas, e por consequência, podem ajudar na identificação de tendências para pesquisas futuras, evidenciando lacunas e oportunidades no campo do saber estudado (QUEVEDO-SILVA et al., 2016). Assim, a pesquisa tem como objetivo realizar uma análise do panorama de publicações sobre a corrupção na administração pública entre os anos 1997 e 2017.

## 2. CORRUPÇÃO: CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES

Definir o termo corrupção tem sido um desafio para os estudiosos da área, pois o termo abarca muitos sinônimos na sua utilização cotidiana. A grande variedade de significados e também a amplitude do próprio ato de corrupção dificultam o processo de conceituação. Brei (1996) equivale corrupção à trapaça, velhacaria, logro, ganho ilícito, desfalque, concussão, falsificação, espólio, fraude, suborno, peculato, extorsão e nepotismo, entre outros. Sims, Gong e Ruppel (2012) incluem na definição de corrupção “propinas, coerção e atividades relacionadas que proporcionam uma vantagem injusta a uma parte”. A organização *Transparency International* (2018) define a corrupção como “Abuso de cargo público para

ganhos privados”. Essa variedade de significados demonstra a dificuldade em conceituar o termo. Quanto à sua classificação, Brei (1996) propõe três dimensões: grande, pequena e política. A prática da corrupção percorre desde um pequeno desvio de conduta até a formação de imensas organizações criminosas, atuando em diversas áreas e níveis governamentais. Essa amplitude abrange desde a compra da agilidade de um simples processo burocrático até a obtenção de benefícios ilegais. Como ratificação de sua amplitude, ações de natureza tão distintas resultam em consequências e penas igualmente diferentes.

Em outra classificação distingue-se os componentes da corrupção política e os tipos de corrupção. Os componentes da corrupção política incluem conceitos que definem um ato corrupto. Já os tipos de corrupção são constituídos de subconceitos como clientelismo, compra de votos, curral eleitoral ou apadrinhamento, suborno, extorsão, conflito de interesses, nepotismo, tráfico de influência e campanha financeira corrupta para fundos eleitorais. Ainda, a corrupção pode estar relacionada às seguintes dimensões: i) grau do envolvimento, ii) status dos atores envolvidos, iii) tipos de recompensas oferecidas, iv) a seletividade dos incentivos, v) local ou área da atividade; e por fim, vi) o nível de condenação (PETERS; WELCH, 1978). Já em termos de causa e consequência, Treisman (2000) relata a dificuldade de um estudo empírico sobre corrupção, pois suas causas se inter-relacionam de muitas formas distintas, por exemplo: um ato que pode ter sido causado por corrupção, em outro momento se torna sua causa, tornando a definição “abuso de cargo público para ganho privado” excessivamente simples para conceituar o termo corrupção.

Sob o ponto de vista jurídico, os dispositivos legais trazem em seu corpo a definição de corrupção. No Brasil, o Congresso Nacional decretou a Lei Anticorrupção – lei nº 12.846, sancionada em 1º de agosto de 2013 – criada com vistas à responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. No Capítulo II da lei estão elencados os atos lesivos à administração pública que definem o conceito legal de corrupção, tais como:

- I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
- III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV - no tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional. (BRASIL, 2013)

A norma ainda traz a responsabilização administrativa e cível das pessoas jurídicas pelos atos ilícitos que lhes favorecem. Desta forma, existem dois requisitos para a aplicação da Lei: o dano ao erário público, nacional ou estrangeiro e a conduta ilegal de uma pessoa jurídica.

### **3. CORRUPÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO**

O caso *Watergate*, ocorrido em 1977 nos Estados Unidos, que provocou a renúncia do presidente Richard Nixon, é considerado um caso clássico quando se estuda a corrupção. Após esse escândalo, Susan Rose-Ackerman publicou em 1978 o estudo *Corruption: a study in political economy* em que argumenta que o papel e o impacto da corrupção sobre a economia e as organizações políticas são mais extensos e profundos do que até então se sustentava, sendo considerado um divisor de águas (ABRAMO, 2005). Casos recentes como a acusação de roubo de aproximadamente 150 milhões de dólares pelos dirigentes da Federação Internacional de Futebol (FIFA), demonstram que a corrupção pode estar nas mais diversas relações políticas. O resultado desse cenário, é a prisão de diversos dirigentes da federação por parte da polícia suíça. Em decorrência deste fato, o FBI liderou uma investigação a executivos e funcionários da federação.

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), relata que a corrupção começou a ser tema de interesse dos mais diferentes países, embora os primeiros acordos de ação conjunta tenham ocorrido em âmbito regional, alguns com abordagens específicas, como o suborno, por exemplo. As primeiras convenções firmadas não cobriam todas as regiões do mundo, deixando de lado alguns países da Ásia e do Oriente Médio. A comunidade internacional, preocupada com o tema e com a necessidade de produzir um arranjo global capaz de prevenir e combater a corrupção estabeleceu a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Deste encontro surgiu o documento intitulado Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (2007) o qual enfatizou que a corrupção deixou de ser um problema local para converter-se em um fenômeno transnacional que afeta todas as sociedades e economias, e, portanto, faz-se necessária a cooperação internacional para preveni-la e lutar contra ela (NAÇÕES UNIDAS, 2007).

Zaganelli e Miranda (2017) afirmam que manifestações, impeachment, mensalão, lava-jato são palavras que atualmente remetem à corrupção. No Brasil, o principal caso em evidência é a Operação Lava-jato, que investiga desvio de dinheiro e demissões em massa na empresa estatal petrolífera brasileira Petrobrás entre 2004 e 2012 por parte de políticos e empreiteiras. O evento ganhou tanta repercussão que contribuiu para o alargamento da crise econômica do país. Esses fatos provocam debates acerca de medidas que possam combater o mau uso dos recursos públicos. A Controladoria Geral da União (CGU), órgão criado com o propósito de combater a corrupção e incrementar a transparência no Brasil, afirma que o fenômeno da corrupção não afeta somente governos, mas, também, cidadãos, entidades públicas e instituições privadas, provocando a concorrência desleal, comprometendo o crescimento econômico e afastando novos investimentos. A redução dos níveis de corrupção no país é um tema fundamental tanto para fortalecer as instituições democráticas quanto para viabilizar o crescimento econômico. (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2009).

### **4. MEDIDAS DE CORRUPÇÃO**

Encontrar uma métrica para a corrupção tem sido objeto de esforços acadêmicos. Medidas diretas sobre práticas de corrupção não são facilmente mensuradas, o que dificulta evidências empíricas e isso decorre do fato de que atos de corrupção são secretos. Portanto, as medidas indiretas dominam as análises a respeito da corrupção. Dentre as principais formas, verifica-se que o índice de percepções de corrupção tem sido amplamente utilizado, e que, por enquanto, o mais próximo que se chega na avaliação da corrupção parte de levantamentos sobre a percepção de sua presença. A principal crítica a respeito do índice está no fato de que é

decorrente de opiniões, podendo as notícias veiculadas nos meios de comunicação influenciar as opiniões formadoras do índice, alterando, assim, o resultado. Nesse sentido, se de um lado o aumento da divulgação de casos de corrupção pode ser interpretado como consequente aumento dos atos de corrupção, por outro, o aumento dessas notícias, podem representar melhorias nos mecanismos de controle (ABRAMO, 2000, 2005)

É preciso considerar também que as pessoas percebem a corrupção diferentemente (BREI, 1996). As reações à corrupção ou sua tolerância podem envolver crenças e sentimentos individuais e que resultam da subjetividade envolvida no sentimento de cada um (DOLAN; MCKEOWN; CARLSON, 1988). As principais pesquisas sobre a corrupção são realizadas por meio de entrevistas nas quais os respondentes relatam a sua percepção a respeito do tema. É comum que executivos ou jornalistas sejam questionados sobre a incidência de práticas corruptivas em determinados países. Outras pesquisas sobre a percepção da corrupção derivam de entrevistas feitas internamente em países e as amostragens variam do meio empresarial à população em geral. A ONG *Transparency International* é uma das instituições mais conhecidas que realiza estudos sobre o tema (ABRAMO, 2000). O estudo bibliométrico de Nascimento (2016), identificou que 38% dos artigos utilizaram diretamente o *Corruption Perceptions Index* (CPI) elaborado pela TI, ou o citaram indiretamente, confirmando a posição do CPI como índice mais utilizado atualmente.

O índice CPI é elaborado a partir de uma combinação de pesquisas e avaliações realizadas por organizações como o Banco Mundial, o Banco Governamental de Desenvolvimento Africano, a Fundação *Bertelsmann Stiftung* e o jornal *The Economist*, entre outros. Após a combinação de diversas pesquisas, é dado um tratamento estatístico que determina o índice de percepção de corrupção para cada país mencionado em três ou mais levantamentos. O conjunto de todos os países compõe o Índice de Percepções de Corrupção da Transparência Internacional, denominado no Brasil de IPCorr. No ano de 1999, o índice incluía 99 países. Na última publicação, o índice abrangeu as percepções de corrupção no setor público em 180 países.

O quadro 1 destaca os índices internacionais que compõem o CPI/IPCorr.

Quadro 1 - Descrição dos índices de corrupção.

<b>Índice</b>	<b>Fonte</b>	<b>Países envolvidos</b>	<b>Países</b>	<b>Tipo de avaliação</b>	<b>Dimensões analisadas</b>
Country Policy and Institutional Assessment (2016)	African Development Bank	Países africanos	54	Avaliação de especialistas através de questionário	Transparência, prestação de contas, corrupção no setor público
Sustainable Governance Indicators (2017)	Bertelsmann Stiftung	União europeia e OECD*	41	Dados quantitativos e avaliações qualitativas de especialistas através de questionário	Prevenção à corrupção
Transformation Index (2017-2018)	Bertelsmann Stiftung	Excluídos os membros da OECD	129	Avaliação de especialistas através de questionário	Capacidade do governo de combater a corrupção
Country Risk Service (2017)	Economist Intelligence Unit	Países e territórios de todo o mundo	131	Avaliações de risco baseadas em indicadores quali e quantitativos	O uso dos recursos públicos
Nations in Transit (2017)	Freedom House	Europa central e Asia central	29	Avaliação de especialistas através de questionário	Progresso e contratempos para a democratização

Business Conditions and Risk Indicators (2016)	IHS Global Insight Global Risk Service	Países e territórios de todo o mundo	204	Avaliação de especialistas em Comércio e Negócios	Avaliação de risco operacional
IMD World Competitiveness Yearbook (2017)	IMD World Competitiveness Center	Países e territórios de todo o mundo	63	Pesquisa de opinião com executivos através de questionário	Suborno e corrupção: existe ou não existe.
Political and Economic Risk Consultancy (2017)	Political and Economic Risk Consultancy	Países da Ásia, Pacífico + EUA	15	Pesquisa de opinião com executivos através de questionário	Corrupção
The PRS Group International Country Risk Guide (2017)	PRS Group	Países e territórios de todo o mundo	140	Avaliação de risco	Avaliações de risco político
World Bank Country Policy and Institutional Assessment ((2017)	World Bank	Membros da AID	95	Avaliações de especialistas	Transparência, accountability e corrupção no setor público.
World Economic Forum Executive Opinion Survey (2017)	World Economic Forum	Participantes do Fórum Econômico Mundial	133	Pesquisa de opinião com executivos através de questionário	Corrupção
World Justice Project Rule of Law Index (2017-2018)	World Justice Project A13	Países com diversidade em sistemas social, cultural, econômica e político.	113	Avaliação de especialistas através de questionário	Uso do órgão público para ganhos privados.
Varieties of Democracy Project (2017)	University of Gothenburg, V-Dem Institute and University of Notre Dame	Países e territórios de todo o mundo	177	Avaliação de especialistas através de questionário	Corrupção

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: \*Organization for Economic Co-operation and Development

A maior parte dos índices utiliza como metodologia a obtenção de opinião de especialistas através de questionários. No entanto, as instituições *Economist Intelligence Unit* e *PRS Group* utilizam-se de um tipo de avaliação diferente das demais, pois a abordagem empregada é a avaliação de riscos e não a técnica de aplicação de questionários. A dimensão mais analisada nos índices é a corrupção, sendo que em algumas instituições o foco de análise é mais específico, como por exemplo, prestação de contas ou suborno. A abrangência dos índices é restrita à área de atuação da organização responsável pela sua elaboração.

## 5. MÉTODO DE PESQUISA

Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser considerada como descritiva, pois tem a pretensão de analisar o panorama da produção científica sobre corrupção na administração pública em periódicos internacionais no período de 1997 a 2017. Para isso, foram utilizadas técnicas padronizadas de coleta de dados que possibilitam a observação, o registro e análise sem interferência do pesquisador sobre os mesmos (PRODANOV; FREITAS, 2013). No que concerne aos procedimentos, essa pesquisa é classificada como bibliográfica. Esse procedimento possibilita analisar e sintetizar as principais contribuições teóricas sobre determinado tema, bem como elaborar um texto sobre o objeto de estudo (DMITRUK, 2015).

Para o desenvolvimento do estudo utilizou-se a técnica de bibliometria e as ferramentas nuvem de palavras e análise das redes de cooperação, bem como a análise das informações constantes nos artigos. A bibliometria é uma metodologia de contagem sobre conteúdos bibliográficos e tem o foco em rastrear os principais periódicos, palavras-chave, citações, coautoria, e autorias sobre determinado tema (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008; FERENHOF et al., 2014), ou seja, este método não é baseado na análise de conteúdo das publicações, mas na quantidade de vezes em que os respectivos termos aparecem nas publicações. Dessa forma torna-se possível realizar uma observação da evolução da literatura sobre o assunto no decorrer dos anos (ARAÚJO et al., 2000; YOSHIDA, 2010). Para Macias-Chapula (1998) a bibliometria consiste no estudo de livros, documentos, revistas, autores com o objetivo de analisar variáveis como citações ou extensão de frases através de métodos de contagem como frequência e distribuição.

Na segunda etapa utilizou-se a ferramenta nuvem de palavras, elaborada com o auxílio do Word Art, com a intenção de verificar os temas mais abordados pelos artigos mais citados. Em seguida utilizou-se da ferramenta de análise das redes, através do *software* VOSviewer, com o intuito de identificar as redes de cooperação dos pesquisadores e identificar a compreensão dos padrões de relacionamento entre os trabalhos publicados.

Com vistas a aprofundar o tema pesquisado realizou-se a seleção dos artigos mais relevantes com o objetivo de fazer uma caracterização do conteúdo abordado através da identificação do objetivo, objeto de estudo e resultados. Em virtude disso, optou-se pela escolha dos dez artigos mais citados, uma vez que os mesmos podem ser considerados como os mais representativos para a literatura. No que se refere à coleta de dados, este estudo optou por utilizar a base de dados do Scopus, que a Elsevier (2018) destaca como sendo a maior base de dados de produções científicas internacionais em periódicos, livros e anais de conferências. Esse processo de busca foi desenvolvido durante o mês de março de 2018. Para a busca utilizou-se as palavras “*Public Administration AND Corruption*”, as quais deveriam constar no título, resumo ou palavras-chave dos artigos, objetivando-se abranger os artigos que tratam da temática corrupção aliada às discussões sobre o setor público.

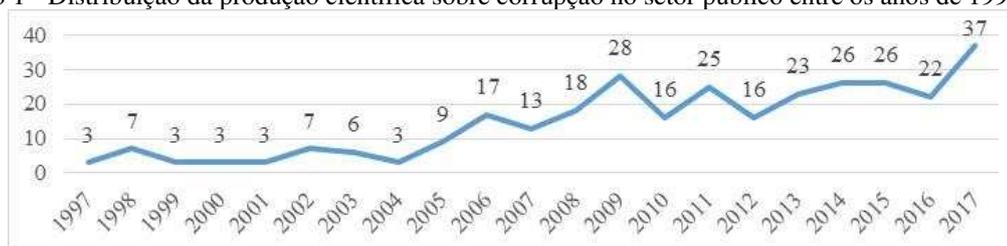
Além disso, utilizou-se o filtro para selecionar os trabalhos acadêmicos, optando-se apenas por “*Article*” e estabeleceu-se uma restrição temporal de 1997 a 2017. Ainda, foram aplicados filtros para restringir as publicações da área de Ciências Sociais e Humanas e posteriormente as subáreas de gestão, a saber, “*Social Sciences e Business, Management and Accounting*”. Com a aplicação desses parâmetros foram encontrados 311 artigos sobre corrupção na administração pública. A análise referente à publicação foi realizada através de um comparativo por ano, por periódico, por instituição e por país.

## 6. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 6.1 Análise das publicações em *journals*

O primeiro aspecto a ser analisado refere-se a série temporal e artigos publicados. A evolução do número de publicações de 1997 a 2017 é expressa no Gráfico 1.

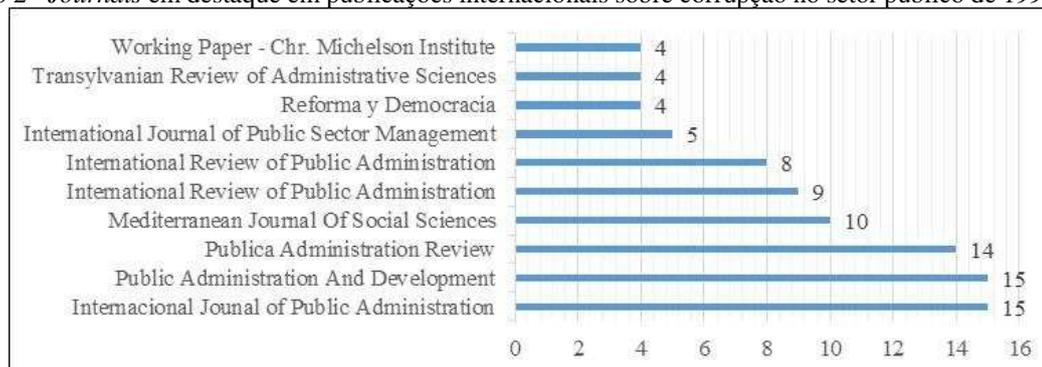
Gráfico 1 - Distribuição da produção científica sobre corrupção no setor público entre os anos de 1997 a 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores conforme resultados da busca do Scopus (2018)

O Gráfico 1 apresenta o número de publicações em cada ano. Destaca-se 2017 como o ano com maior número de artigos publicados sobre o tema. Os resultados evidenciam que nos últimos 5 anos foram publicados 134 artigos, em um total de 311 encontrados na pesquisa, ou seja, mais de 43% dos artigos sobre a temática foram publicados recentemente. Logo, observa-se que as publicações relacionadas à corrupção no setor público estão com uma tendência crescente, o que traz evidências de um maior interesse dos pesquisadores. Ao todo, foram identificados 161 *journals* com publicações relacionadas à corrupção na administração pública. No Gráfico 2 apresenta-se as dez revistas internacionais com maior número de publicações.

Gráfico 2 - *Journals* em destaque em publicações internacionais sobre corrupção no setor público de 1997 a 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores conforme resultados da busca do Scopus (2018)

As principais fontes sobre corrupção no setor público são a *International Journal of Public Administration* e *Public Administration And Development*, com 15 artigos publicados cada uma, seguido pela *Public Administration Review*, com 14, e a *Mediterranean Journal of Social Sciences*, com 10. Juntas essas quatro revistas foram responsáveis pela publicação de mais de 17% dos artigos no período. Nos últimos cinco anos a amostra de 311 artigos foi citada 2279 vezes, ou seja, uma média de 7,32 citações por publicação. Já os 10 artigos mais citados possuem 740 citações ao todo, perfazendo uma média de 74 citações por artigo (Tabela 1).

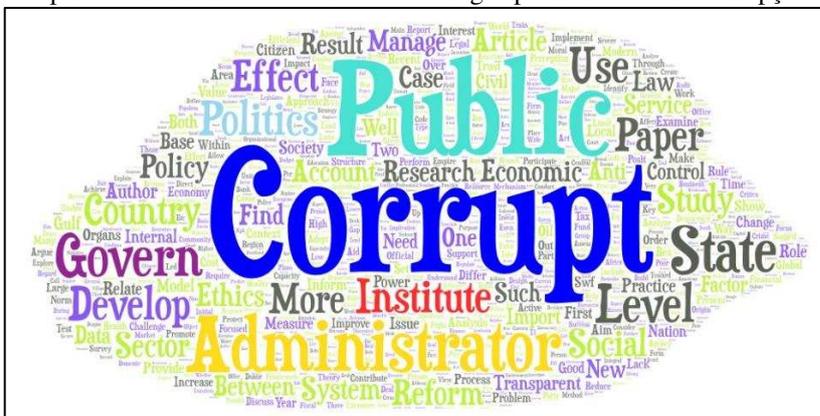
Tabela 1 - Principais artigos sobre corrupção com maior número de citações no período 1997 a 2017.

Artigos	Ano publicação	2014	2014	2015	2016	2017	2018	Citações recentes	Total citações
The Merit of Meritocratization: Politics, Bureaucracy, and the Institutional Deterrents of Corruption	2012	9	13	8	18	15	1	54	63
Public trust in government in Japan and South Korea: Does the rise of critical citizens matter?	2010	18	10	9	16	13	2	50	68
Revisiting the practices of corporate social and environmental disclosure in Bangladesh	2009	29	18	6	10	12	1	47	76
E-Government and anti-corruption: Empirical analysis of international data	2008	26	10	13	11	14	4	52	78
The determinants of corruption in Italy: Regional panel data analysis	2007	23	13	17	7	9	3	49	72
Perceptions of political corruption in Latin American democracies	2005	24	5	7	7	4	1	24	48
Corruption: An alternative approach to its definition and measurement	2005	35	6	8	5	3	0	22	57
Political institutions and developmental governance in sub-Saharan Africa	2004	31	5	2	5	3	1	16	47
Globalization and public administration	1999	90	9	9	4	4	0	26	115
Corruption and development	1998	93	4	6	3	9	1	22	116
<b>Total de citações</b>		<b>378</b>	<b>93</b>	<b>85</b>	<b>86</b>	<b>86</b>	<b>14</b>	<b>362</b>	<b>740</b>

Fonte: Elaborado pelos autores conforme resultados da busca do Scopus (2018)

Apesar dos artigos *Globalization and public Administration* (1999) e o *Corruption and development* (1998) serem os dois mais citados nas últimas duas décadas, não estão entre os mais citados nos últimos cinco anos. Nesse período, os dois artigos que tiveram mais destaque em número de citações foram o *The Merit of Meritocratization: Politics, Bureaucracy, and the Institutional Deterrents of Corruption* (2012) e o *E-Government and anti-corruption: Empirical analysis of international data* (2008), com 54 e 52 citações respectivamente. Destaca-se ainda que das 740 citações totais, dos 10 artigos mais citados, 362 citações ocorreram nos últimos cinco anos, ou seja, 48,91% das citações dos artigos aconteceram recentemente. Na Figura 1 apresenta-se o resultado da ferramenta nuvem de palavras que foi aplicada ao abstract dos 311 artigos. Essa ferramenta foi utilizada com o objetivo de verificar quais as palavras e temas centrais mais abordados nas pesquisas realizadas. Destaca-se que as palavras na figura são posicionadas aleatoriamente de forma que as mais frequentes aparecem maiores que as outras, demonstrando, assim, seu destaque.

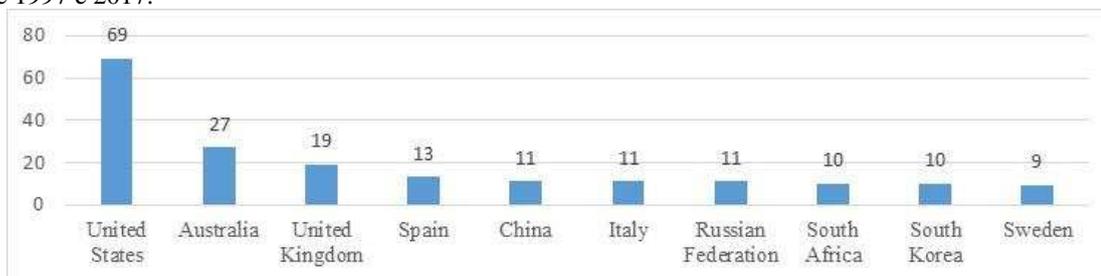
Figura 1 - Nuvem de palavras referente aos abstracts dos artigos publicados sobre corrupção entre 1997 e 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

Pode-se evidenciar que as palavras que obtiveram maior destaque foram *Corrupt* (832), *Public* (775), *Adminstrator* (470), *Govern* (407), *Politics* (243) e *Develop* (240). Logo, o resultado parece indicar que as pesquisas de maior representatividade no meio acadêmico, e que se referem ao tema aqui estudado, tem direcionado seu foco para temas voltados a gestão corrupta de governos. No Gráfico 3 apresenta-se os dez países principais em número de publicações internacionais. O Brasil não aparece na lista, pois consta apenas em 24º lugar, com 04 (1,2%) publicações, ou seja, o país ainda é inexpressivo na produção mundial sobre o tema.

Gráfico 3- Países que se destacaram com publicações em periódicos internacionais sobre corrupção no setor público entre 1997 e 2017.

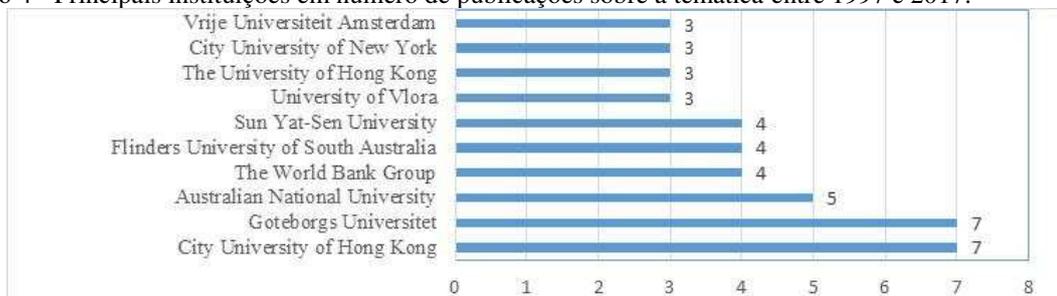


Fonte: Elaborado pelos autores conforme resultados da busca do Scopus (2018)

O país que mais publicou artigos sobre o tema corrupção na administração pública foi os Estados Unidos com 69 (22,1%) artigos, seguido pela Austrália com 27 (8,6%), e, na sequência, pelo Reino Unido com 19 (6,1%). As evidências demonstram que esses três países geraram 36,8%, ou seja, mais de 1/3 de todas as publicações sobre o tema nas últimas duas

décadas. No Gráfico 4, é realizada uma análise para identificar o número de publicações e as instituições de filiação dos autores, indicando quais são as instituições internacionais mais produtivas sobre corrupção na administração pública.

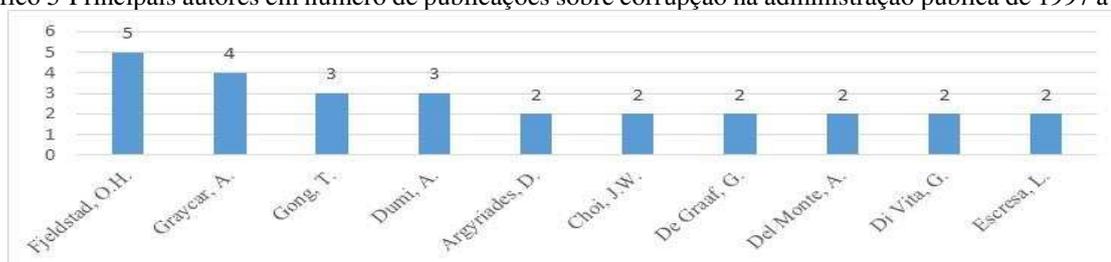
Gráfico 4 - Principais instituições em número de publicações sobre a temática entre 1997 e 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores conforme resultados da busca do Scopus (2018)

As universidades mais produtivas sobre o tema são a *City University of Hong Kong* e a *Goteborgs Universitet* com 07 artigos cada uma, ou seja, essas podem ser consideradas as principais universidades em nível de publicações de artigos científicos sobre corrupção no setor público. Percebe-se que a Austrália e China são os países que possuem o maior número de instituições dentre as dez principais que estudam o tema. Contudo, o país com mais produção científica é os Estados Unidos, seguido da Austrália, e Reino Unido, conforme indicado no Gráfico 3. Nota-se que, embora a maioria dos autores estejam em grande parte nas universidades da Austrália e China, estes países não se destacaram como mais produtivos. Sobre o número de autores que publicaram sobre corrupção na administração pública, foram realizadas 158 codificações (referências), que envolve a quantidade total de autores nos artigos, considerando que há autores que produziram mais de um artigo (Gráfico 5).

Gráfico 5-Principais autores em número de publicações sobre corrupção na administração pública de 1997 a 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores conforme resultados da busca do Scopus (2018)

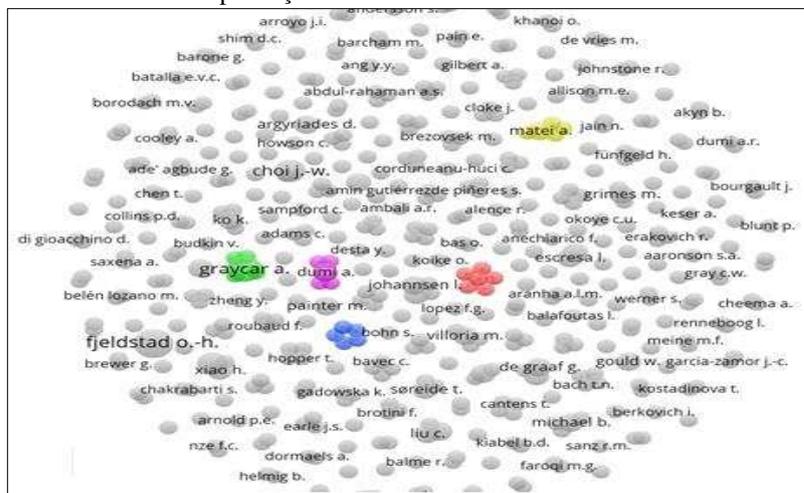
Os dez autores que mais publicaram sobre o tema totalizaram 27 artigos publicados. A média de publicação desses autores foi de 2,7. Constatou-se que Fjeldstad, Odd Helge (Estados Unidos) foi o autor que mais publicou sobre o tema com 5 artigos, os quais foram citados por 434 outros trabalhos. Em segundo lugar está Graycar, Adam (Austrália) com 4 artigos, os quais foram citados por 83 trabalhos. Em seguida tem-se Gong, Ting (China) e Dumi, Alba Robert (Albania) empatados com 03 artigos publicados. Os demais 06 autores publicaram 02 artigos cada. Os dois principais autores em número de artigos publicados são dos dois países que mais se destacam em publicações sobre o tema, Estados Unidos e Austrália, respectivamente.

## 6.2 Análise das redes de cooperação

Essa etapa teve como objetivo identificar quais os padrões de relacionamento e cooperação em produção científica desenvolvida pelos autores sobre a corrupção no setor público. Além disso, também buscou-se identificar através das redes quais as palavras tiveram mais destaque nos títulos dos artigos. As redes foram elaboradas com a utilização do software VOSviewer. As informações apresentadas na Figura 2 indicam a coautoria entre pesquisadores

da amostra, sobre corrupção na administração pública, publicados em periódicos internacionais, compreendidos entre os anos de 1997 e 2017.

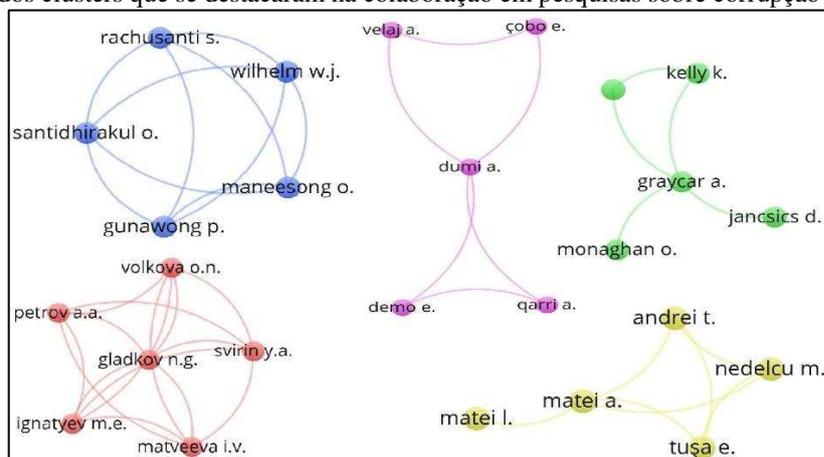
Figura 2-Redes de coautorias em produção científica desenvolvidas entre 1997 e 2017 sobre corrupção



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa, 2018

Os pesquisadores estão dispostos em pequenas redes de cooperação em produção científica. Com apenas dois autores obteve-se 80 clusters, com três autores, 32 clusters e com quatro autores, 11 clusters. Levando em consideração que foram identificados 479 autores na amostra de 311 artigos, os resultados parecem indicar que existe um baixo interesse dos pesquisadores em realizar pesquisas em cooperação com diversos autores. Isso pode ser evidenciado pelo baixo número de clusters que possuem no mínimo cinco ligações entre autores, os quais estão destacados na Figura 2. Para melhor visualizar os principais autores que realizam pesquisa em cooperação apresentam-se os cinco clusters na Figura 3.

Figura 3-Rede dos clusters que se destacaram na colaboração em pesquisas sobre corrupção no setor público.



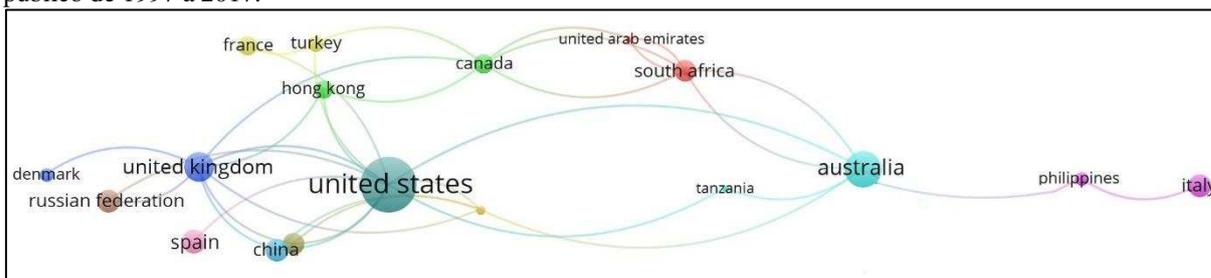
Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa, 2018.

O cluster em destaque apresenta 5 ligações entre eles (vermelho) com maior força de associação. Entretanto, evidencia-se que essa associação ocorre em apenas uma publicação. Já o autor Graycar, A. possui 2 artigos publicados e 4 ligações de coautorias, o que denota a maior rede de cooperação no desenvolvimento de pesquisas sobre corrupção na administração pública, porém o cluster (verde) tem menor força de associação decorrente de não ocorrer associação entre todos os autores deste cluster, como acontece no primeiro. O terceiro cluster (azul) é formado pela relação de 5 autores com apenas um artigo interligando-os. O quarto

cluster (roxo) é formado pela associação em torno do autor Dumitru, A., o qual apresenta duas publicações com diferentes autores. Por fim, verifica-se na Figura 3 que o quinto cluster (amarelo) é formado pela associação das pesquisas do autor Matei, A. que apresenta força de associação 4. Esta força é decorrente da associação de 1 artigo publicado com Matei, L e 1 artigo com outros três autores, Tusa, E., Andrei, T. e Nedelcu, M.

Em seguida realizou-se a análise das redes de colaboração referente aos países de origem dos autores. Destaca-se que a rede de colaboração é formada pelos países que apresentam pelo menos duas ligações (Figura 4).

Figura 4-Redes de cooperação entre países que mais se destacaram em publicações sobre corrupção no setor público de 1997 a 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa, 2018.

Os resultados indicam que os Estados Unidos é o país que mais realiza pesquisas sobre corrupção no setor público em cooperação com pesquisadores de outros países. Em segundo lugar aparece a Austrália, seguido pelo Reino Unido em terceiro. Logo, esses podem ser considerados os três principais países em nível de produção científica em cooperação com pesquisadores de outros lugares.

### 6.3 Caracterização de algumas das publicações mais citadas

Entende-se que o número de citações de um artigo é um fator de impacto no meio científico. Logo, esse pode ser considerado um ponto relevante para destacar os principais trabalhos, visto que os pesquisadores estão se embasando em uma mesma fonte de informação para contribuir para os estudos. Desta forma, é apresentado no Quadro 3 um breve resumo dos dez artigos mais citados sobre a temática desta pesquisa.

Quadro 2-Análise do objetivo, objeto de estudo e resultados dos 10 artigos mais citados.

Artigo	CT	Objetivo	Método	Objeto de Estudo	Resultados
Farazmand, A. Globalization and public administration (1999)	116	Identificar as mudanças geradas na administração pública em prol da globalização corporativa e seus efeitos na Administração pública.	Revisão teórica	A globalização e as mudanças na administração pública	São muitas as mudanças na administração pública geradas pela globalização. A globalização não acaba com o estado e a administração pública, mas empurra a mesma para um aumento da privatização, que, por consequência, promove maiores oportunidades de corrupção, a qual transforma recursos sociais em atividades ilegais, imorais e improdutivas.

Artigo	CT	Objetivo	Método	Objeto de Estudo	Resultados
Gray, C.W., Kaufmann, D. Corruption and development (1998)	115	Quais são as principais causas e custos de corrupção? Este artigo examina essas perguntas e sugere formas específicas de melhorar esforços anticorrupção em desenvolvimento e transição econômicas.	Quantitativo	Custo financeiro da corrupção. Uma análise em 146 países	Pesquisas indicam que o impacto econômico da corrupção cresceu significativamente nos últimos anos. Isso leva, em geral, às seguintes conclusões: • O suborno é generalizado, mas há variações significativas através e dentro regiões. • O suborno aumenta os custos de transação e incerteza em uma economia. • Suborno geralmente leva a ineficiência resultados econômicos. • A corrupção mina o estado e sua legitimidade.
Shim, D.C., Eom, T.H. E-Government and anti-corruption: Empirical analysis of international data (2008)	78	Demonstrar que o governo eletrônico é uma ferramenta eficaz para reduzir a corrupção, promovendo a boa governança.	Quantitativo	Governo Eletrônico	O governo eletrônico tem um impacto consistentemente positivo na redução da corrupção na administração pública.
Sobhani, F.A., Amran, A., Zainuddin, Y. Revisiting the practices of corporate social and environmental disclosure in Bangladesh (2009)	76	Revisita o estado do CSED (Divulgação Social e Ambiental Corporativa) como ferramenta de através da análise de conteúdo.	Qualitativo	100 empresas de Bangladesh	O governo do Bangladesh declara guerra contra a corrupção e empreende medidas pragmáticas na tentativa de garantir a boa governança das empresas no país. A estudo demonstra que o nível de divulgação de informações melhorou nos últimos 10 anos. Todas as empresas da amostra (n = 100) revelam pelo menos item de divulgação sobre questões de recursos humanos. No entanto, de uma perspectiva global o nível e a extensão da divulgação ainda são bastante escassos.
Del Monte, A., Papagni, E. The determinants of corruption in Italy: Regional panel data analysis (2007)	72	Investiga os determinantes de corrupção na Itália no período 1963-2001 usando estatísticas sobre crimes contra a administração pública a nível regional.	Quantitativo	Governo Italiano	Estimativas mostram que as variáveis econômicas (consumo do governo, nível de desenvolvimento), influências culturais e política (concentração partidária, presença de organizações voluntárias, absentismo nas eleições nacionais) afetam corrupção na Itália.
Kim, S. Public trust in government in Japan and South Korea: Does the rise of critical citizens	68	Verificar o desempenho do governo, no empoderamento dos cidadãos e a satisfação com os valores de auto expressão associada à confiança pública	Quantitativo	Governo Japão e Coréia do Sul	Este estudo identifica que o desempenho do governo na economia, o controle da corrupção política, a qualidade dos serviços públicos, o crime, e a atenção à contribuição do cidadão, está significativamente associada à ampla confiança pública no

Artigo	CT	Objetivo	Método	Objeto de Estudo	Resultados
matter? (2010)		no governo do Japão e da Coreia do Sul.			governo tanto no Japão quanto no Sul Coréia.
Dahlström, C., Lapuente, V., Teorell, J. The Merit of Meritocratization: Politics, Bureaucracy, and the Institutional Deterrents of Corruption (2012)	63	Analisar um conjunto de dados sobre a burocracia, características e seus efeitos sobre a corrupção em cinquenta e dois países.	Quantitativo	52 países	Certos fatores burocráticos, particularmente o recrutamento meritocrático, reduzem a corrupção. Já outros fatores burocráticos supostamente relevantes, como os salários competitivos dos funcionários públicos, a estabilidade na carreira ou a promoção interna, não têm um impacto significativo na redução da corrupção na administração pública. Os resultados mostram que o índice de profissionalismo da administração pública funciona como um impedimento significativo da corrupção
Kurer, O. Corruption: An alternative approach to its definition and measurement (2005)	57	Avaliar e desenvolver uma discussão sobre a definição de corrupção.	Revisão teórica	Diferentes definições de corrupção	Existe um paradoxo de que, embora o termo "corrupção" seja prontamente entendido e aplicado em todos os lugares, dificilmente haverá um mesmo entendimento sobre a fronteira entre um ato corrupto e o não-corrupto.
Canache, D., Allison, M.E. Perceptions of political corruption in Latin American democracies (2005)	48	Identificar o nível de consciência dos latino-americanos sobre o grau de corrupção em seus países.	Quantitativo	Países latino-americanos	O estudo conclui que os latino-americanos são bastante conscientes da gravidade da corrupção nos seus países.
Alence, R. Political institutions and developmental governance in sub-Saharan Africa (2004)	47	Analisar o impacto das instituições políticas na qualidade da governança em uma amostra de 38 países da África subsaariana.	Quantitativo	38 países África subsaariana	A principal conclusão é que uma combinação de contestação democrática e restrições institucionais sobre a autoridade executiva discricionária dos governos melhora a qualidade da governança, que por consequência traz a uma menor corrupção. As instituições mais democráticas estão melhorando os estados africanos e desempenhando seu papel como agentes de desenvolvimento. Ao conceber governos mais responsáveis, parecem desencorajar o abuso do uso de recursos públicos para ganho privado.

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2018).

Nota: CT = Número de citações.

O trabalho de Ali F. Farazmand (1999) “*Globalization and Public Administration*”, com 116 citações, apresenta uma análise das mudanças geradas na administração pública pela globalização corporativa. Discute a globalização e suas implicações para a administração pública. Analisa os diferentes significados e perspectivas da globalização, das causas, consequências e suas implicações para sociedade, governança e administração pública. Aborda os impactos positivos tal como continuidade e persistência do estado e a administração pública, mas também os negativos como ameaça à democracia e comunidade, aumentando a corrupção e empoderamento da elite. Conclui que a globalização tem proporcionado um aumento no número de privatizações, que, por sua vez, promove maiores oportunidades de corrupção, complementa ainda, que a corrupção transformou recursos sociais em atividades ilegais, imorais e improdutivas.

O trabalho de Daniel Kaufmann e Cheryl W. Gray (1998) “*Corruption and development*”, com 115 citações, destaca as principais causas e custos da corrupção. Para eles a corrupção é endêmica em todo lugar, os custos da corrupção são proibitivamente alto, há muitas evidências de que os custos econômicos da corrupção são enormes, os níveis de corrupção variam amplamente entre os países, controlar a corrupção é viável, e estratégias para lidar com a corrupção precisam prestar mais atenção às suas causas raízes. Como principal resultado tem-se a evidência de que o impacto econômico da corrupção cresceu significativamente nos últimos anos. Isso leva, em geral, a algumas conclusões como: • O suborno é generalizado, mas há variações significativas através e dentro regiões. • O suborno aumenta os custos de transação e incerteza em uma economia. • Suborno geralmente leva a ineficiência resultados econômicos. • A corrupção mina o estado e sua legitimidade.

O trabalho de Dong Chul Shim, Tae Ho Eom (2008) “*E-Government and anti-corruption: Empirical analysis of international data*”, com 78 citações, demonstra que o governo eletrônico é uma ferramenta eficaz para reduzir a corrupção, promovendo a boa governança. A principal questão de pesquisa é verificar se o governo eletrônico pode ser uma importante medida para conter comportamentos corruptos. Os autores destacam que na literatura existem duas abordagens distintas de governo eletrônico: a) governo eletrônico que controla comportamentos corruptos aumentando a eficácia de controle interno e gerencial, e b) a participação eletrônica que restringe a corrupção, aumentando a transparência do governo e a responsabilidade. As análises estatísticas, com dados de 146, revelam que o governo eletrônico apresenta uma relação positiva com a redução da corrupção.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo buscou identificar o panorama das publicações de artigos científicos em periódicos internacionais que tratam sobre corrupção no setor público. O período de análise foi de 1997 até 2017 e utilizou-se como referência os artigos disponíveis na base de dados Scopus. Desenvolveu-se um estudo bibliométrico com a pretensão de conhecer qual o cenário quanto ao número de publicações sobre corrupção na administração pública com relação ao período, periódicos e instituições e países que mais publicam, bem como identificar o que mais se publica em relação a temática em nível mundial. A pesquisa contribuiu para evidenciar um panorama dos trabalhos internacionais mais relevantes sobre corrupção no setor público e também os principais autores, periódicos, países e a rede de relações entre as pesquisas e pesquisadores da área presentes na base de dados Scopus (Elsevier).

Fica claro que as publicações internacionais relacionadas a temática corrupção no setor público estão com uma tendência crescente, pois o número de publicações relacionadas ao assunto tem aumentado nos últimos anos. Evidência disso são as publicações dos últimos 5 anos que chegaram a 134 artigos, ou seja, mais de 43% do total de artigos publicados sobre a temática nas últimas duas décadas são recentes. Logo, isso parece evidenciar a existência de um maior interesse dos pesquisadores no desenvolvimento de pesquisas sobre o assunto. Destaca-se que

o Brasil figura, na lista dos países com publicações, em uma posição ainda incipiente, ficando somente em 24º lugar com apenas 04 artigos publicados, isso indica uma necessidade de um maior aprofundamento do assunto em âmbito nacional.

Acredita-se que na medida em que aumentam o número de casos de corrupção divulgados pela mídia, existe uma tendência para o aumento do interesse de pesquisadores em desenvolver pesquisas na temática.

Como limitação da pesquisa considera-se a restrição de se utilizar apenas artigos, visto que com a ascensão da temática nos últimos anos, seria interessante para trabalhos futuros abordar livros e outros documentos científicos disponíveis. Sugere-se novas pesquisas estendendo o levantamento para a ampliação do número de bases utilizadas, não se atendo somente ao *Scopus*, mas, sim, utilizando outras plataformas de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, C. W. Relações entre índices de percepção de corrupção e outros indicadores em onze países da América Latina. In: SPECK, B. W. et al. (Org.) **Os custos da corrupção. Cadernos Adenauer**, v. 10, p. 47-62, 2000.

ABRAMO, C. W. A dificuldade de medir a corrupção. **Novos Estudos**, CEBRAB. 10, p. 33-37, Novembro 2005.

ARAÚJO, W. T.; FREIRE, B. M. J.; AUTRAN, M. D. M. M.; FERNANDES, J. C.; PEREIRA, R. G. Meta-análise das dissertações do curso de mestrado ciência da informação UFPB: 1990-1999. **Revista Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 1-11, 2000.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2008, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 de agosto de 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm)>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BREI, Z. A. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. **Revista de Administração Pública**, 30, n. 1, p. 64 – 77, jan/fev 1996.

BROL, M. Institutional determinants of corruption. **Ekonomia i Prawo**, v. 15, n. 1, p. 21, 2016.

BROWN, E; CLOKE, J. Neoliberal reform, governance and corruption in the south: Assessing the international anti-corruption crusade. **Antipode**, v. 36, n. 2, p. 272-294, 2005.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **A Responsabilidade Social das Empresas no combate à corrupção**. 2009. Disponível em < [https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/manualrespsocialempresas\\_baixa.pdf](https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/manualrespsocialempresas_baixa.pdf)>. Acesso em 07 jun. 2018.

DMITRUK, H. B. **Cadernos metodológicos: diretrizes do trabalho científico**. Chapecó: Argos, 2015.

DOLAN, K.; MCKEOWN, B.; CARLSON, J. M. Popular conceptions of political corruption: implications for the empirical study of political ethics. **Corruption and Reform**, v. 3, n. 1, p. 3-24, 1988.

ELSEVIER. **About Scopus**. 2018. Disponível em < <https://www.elsevier.com/solutions/scopus>>. Acesso em: março de 2018.

- ELSEVIER. **Scopus**. 2011. Disponível em <<http://www.americalatina.elsevier.com/corporate/scopus.php>>. Acesso em: março de 2018.
- FERENHOF, H. A.; VIGNOCHI, L.; SELIG, P. M.; LEZANA, Á. G. R.; CAMPOS, L. M. Environmental management systems in small and medium-sized enterprises: an analysis and systematic review. **Journal of cleaner production**, v. 74, p. 44-53, 2014.
- HERZFELD, T.; WEISS, C. Corruption and legal (in) effectiveness: an empirical investigation. **European Journal of Political Economy**, v. 19, n. 3, p. 621-632, 2003.
- KITCHENHAM, B. Procedures for performing systematic reviews. **Keele, UK, Keele University**, v. 33, n. 2004, p. 1-26, 2004.
- LUCIANO, E. M.; MAGNAGNANO, O. A.; WIEDENHÖFT, G. C. Entendendo as causas da corrupção no Brasil e o papel da TI na redução da vulnerabilidade a brechas de corrupção. **Anais XX SEMEAD Seminários em Administração, FEA USP, São Paulo**, 2017.
- MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da informação**, v. 27, n. 2, 1998.
- NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção**. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. [S.l.]: [s.n.]. p. 1 - 68, 2007.
- NASCIMENTO, I. C. A Cultura Importa?: a produção científica sobre a relação entre corrupção e cultura nacional. **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, Porto Alegre, 2016
- PETERS, J. G.; WELCH, S. Political Corruption in America: A Search for Definitions and a Theory, or If Political Corruption Is in the Mainstream of American Politics Why Is it Not in the Mainstream of American Politics Research? **The American Political Science Review**, p. 974 - 984, set 1978.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- QUEVEDO-SILVA, F.; SANTOS, E. B. A.; BRANDÃO, M. M.; VILS, L. Estudo Bibliométrico: Orientações sobre sua Aplicação. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 15, n.2, p. 246-262, 2016.
- RIBEIRO, H. V.; ALVES, L. G.; MARTINS, A. F.; LENZI, E. K.; PERC, M. The dynamical structure of political corruption networks. **arXiv preprint arXiv:1801.01869**, 2018.
- SIMS, R. L.; GONG, B.; RUPPEL, C. P. A contingency theory of corruption: The effect of human development and national culture. **The Social Science Journal**, 1, p. 90 - 97, 2012.
- SRIVASTAVA, S. C.; TEO, T. S. H.; DEVARAJ, S. You Can't Bribe a Computer: Dealing with the Societal Challenge of Corruption Through ICT. **Mis Quarterly**, v. 40, n. 2, p. 511-526, 2016.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Transparency International, 2018. Disponível em: <<https://www.transparency.org/>>. Acesso em 07 jun. 2018.
- TREISMAN, D. The causes of corruption: a cross-national study. **Journal of Public Economics**, p. 399-457, 2000.
- YOSHIDA, N. D. Bibliometric analysis: a study applied to technological. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies**, 2(1), 33-51, 2010.
- ZAGANELLI, J. C.; MIRANDA, W. V. D. Marco Civil da internet e política pública de transparência: uma análise da e-democracia e do compliance público. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, 7, n. 3, p. . 633-646, 2017.